

A ETIQUETA QUE MUDOU O RISCO

Durante anos, a Faria Lima nos explicou que o maior risco do Brasil era fiscal.

Déficit, dívida, arcabouço, meta de inflação e juros dominaram o debate econômico. Quem acompanhasse relatórios, entrevistas e análises de mercado poderia concluir que os principais problemas do país estavam todos dentro de uma planilha.

Então Washington classificou PCC e Comando Vermelho como organizações terroristas.

Bastou isso para surgirem alertas sobre sistema financeiro, fintechs, meios de pagamento, ambiente de negócios e exposição de empresas brasileiras a eventuais sanções e restrições internacionais.

Curioso.

O crime organizado movimentava bilhões há décadas. Controla territórios, influencia cadeias logísticas, atua no tráfico, no contrabando, no roubo de cargas e em mercados ilegais que vão de combustíveis e cigarros a ouro e apostas.

Nada disso começou agora.

Também não é novidade que recursos ilícitos procuram caminhos para circular na economia formal. O Brasil convive há anos com investigações, operações policiais e denúncias envolvendo lavagem de dinheiro, empresas de fachada, operadores financeiros e estruturas cada vez mais sofisticadas para ocultar patrimônio e movimentar recursos.

Ainda assim, o tema raramente ocupou espaço central nas discussões econômicas. A atenção permanecia concentrada nos indicadores tradicionais, enquanto a expansão do crime organizado sobre setores inteiros da economia seguia tratada como um assunto paralelo.

A decisão americana não criou o problema.

O PCC já existia antes da classificação. O Comando Vermelho também. As redes de lavagem de dinheiro não surgiram na semana passada. A infiltração de recursos ilícitos na economia formal tampouco nasceu com um ato assinado em Washington.

O que mudou foi a forma como parte do mercado passou a olhar para a questão.

De repente, um tema que costumava ficar restrito às páginas policiais passou a aparecer em relatórios econômicos. Um problema tratado durante anos como assunto de segurança pública começou a ser discutido sob a ótica de risco financeiro, reputacional e comercial.

Isso diz menos sobre a decisão dos Estados Unidos e mais sobre a maneira como escolhemos enxergar determinados riscos.

Afinal, o impacto econômico do crime organizado não depende de uma classificação estrangeira para existir. Empresas fecham as portas por causa dele. Cadeias produtivas são afetadas por ele. Investimentos deixam de acontecer por causa dele. Regiões inteiras convivem com custos invisíveis que raramente aparecem nos modelos econômicos mais sofisticados.

Talvez a questão mais interessante não seja entender por que Washington tomou essa decisão.

Talvez a pergunta correta seja outra: por que tanta gente só passou a tratar o problema como um risco econômico depois que os Estados Unidos colocaram uma etiqueta nova em algo que já estava diante de todos há muito tempo?

- **Risco ignorado:** O crime organizado já afetava empresas, cadeias produtivas, investimentos e setores inteiros da economia antes de qualquer classificação estrangeira.
- **Etiqueta externa:** A decisão de Washington mudou a percepção do mercado, não a existência do problema nem sua gravidade econômica.
- **Cegueira financeira:** A concentração excessiva em indicadores fiscais deixou em segundo plano os custos econômicos reais da criminalidade organizada.

